

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 24.235.2017-60

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Altemir de Pinho Neri

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

PROCESSO TCE N° 24.236.2017-70

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Sebastião Cruz da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 11.176/2019

### PLENÁRIO

**EMENTA: RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO. FALHA SANEADA. RECURSO PROCEDENTE.**

Tendo sido demonstrada a correção da falha detectada nos autos da Prestação de Contas da Unidade, devem os Recursos de Reconsideração ser conhecidos e, no mérito, providos, para modificar o Acórdão n. 10.323/2017, reconhecendo a Regularidade das referidas contas e excluindo a condenação ao ressarcimento e ao pagamento de multas.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos processos acima identificados, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora em: **1) CONHECER** dos Recursos de Reconsideração apresentados pelos **SRS. ALTEMIR DE PINHO NERI e SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA** e, no mérito, **DAR-LHES PROVIMENTO**, para reformar o Acórdão n. 10.323/2017, do Plenário desta Corte, **MODIFICANDO O ITEM 1**, para julgar **REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ACRE, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015**, de responsabilidade dos **SRS. MAURÍLIO BORGES DA SILVA E SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA**, com

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, e, consequentemente, **EXCLUIR OS ITENS 2 E 3**, já que não mais subsiste a condenação ao ressarcimento ao erário e ao pagamento de multas e **2) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo. **Ausentes**, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias, Antonio Jorge Malheiro e a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia.

Rio Branco - Acre, 21 de março de 2019.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 24.235.2017-60

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Altemir de Pinho Neri

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

PROCESSO TCE N° 24.236.2017-70

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Sebastião Cruz da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Trata-se de **RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO** interpostos pelos **SRS. ALTEMIR DE PINHO NERI<sup>1</sup>** e **SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA<sup>2</sup>**, com o objetivo de reformar o Acórdão/Plenário n. 10.323, de 08-06-2017, proferido nos autos n. 21.837.2016-50, que se referiam à Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre, relativa ao exercício de 2015. Eis os termos do julgado recorrido, cuja relatoria coube ao i. CONSELHEIRO ANTONIO JORGE MALHEIRO:

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ACRE, EXERCÍCIO DE 2015. IRREGULARES. DESCUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº. 4.320/64. DEVOLUÇÃO SOLIDÁRIA. MULTA.**

Ausência de confirmação do valor relativo ao estoque informado no Relatório do Movimento do Almoxarifado, apresentado no Anexo XIV da Prestação de Contas. Devolução solidária. Imputação de multa aos gestores e ao contabilista. Notificação do atual gestor. Encaminhamento dos autos à DAFO, para acompanhamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** - Por julgar IRREGULARES, as Contas da Câmara Municipal de Porto Acre, de responsabilidade dos Senhores Maurílio Borges da Silva e Sebastião Cruz da Silva, Presidentes da Câmara, referentes ao exercício de 2015, em face

<sup>1</sup> Contador;

<sup>2</sup> Ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Acre;

ausência de confirmação do estoque no valor de R\$ 80.754,22 (oitenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), no Relatório do Movimento do Almoxarifado apresentado no Anexo XIV da Prestação de Contas, descumprindo os arts. 83, 85 e 105 da Lei Federal nº. 4.320/64; **2)** - Pela **devolução solidária**, pelos gestores, Senhores Maurílio Borges da Silva e Sebastião Cruz da Silva, do valor de **R\$ 80.754,22 (oitenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos)**, acrescido de multa de **10%** prevista no art. 88 da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face da ausência de confirmação do valor em estoque no relatório do movimento do almoxarifado; **3)** - Para **imputação de multa, no valor de R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais) ao Senhor Maurílio Borges da Silva, Presidente da Câmara no período de 01/01/2015 a 25/09/2015; **no valor de R\$ 7.280,00** (sete mil, cento e quarenta reais) ao Senhor Sebastião Cruz da Silva, Presidente da Câmara no período de 02/10/2015 a 31/12/2015; e **no valor de R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais) ao Senhor Altemir de Pinho Neri - Contabilista, de acordo com o art. 89, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93 c/c art. 1.177, parágrafo único do Código Civil, em face da irregularidade praticada pelos dois primeiros, e ao terceiro pela falha contábil apontada; **4)** - Pela **notificação do atual gestor**, para no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, realizar a atualização do Portal da Transparência e a inserção das informações fiscais no sistema de coleta da Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI da Câmara Municipal de Porto Acre, sob pena de responsabilidade e que tome as medidas necessárias ao controle da movimentação do almoxarifado daquela Câmara; e **5)** - Pelo encaminhamento dos autos à DAFO, para acompanhamento do cumprimento da determinação acima, no prazo estabelecido. Após, pelo **arquivamento dos autos**.

**2.** Irresignados com a decisão, os recorrentes manejaram tempestivamente<sup>3</sup> Recursos de Reconsideração, registrados e autuados sob os n.ºs 24.235.2017-60 (**SR. ALTEMIR DE PINHO NERI**) e 24.236.2017-70 (**SR. SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA**), conforme se depreende dos protocolos acostados à fl. 03 dos autos e Certidões de fls. 10 e 13, respectivamente.

**3.** Nas razões recursais constantes às fls. 20/36<sup>4</sup> dos autos n. 24.235.2017-60, em síntese, postularam a reconsideração do julgado, ao argumento de que o relatório de movimentação do almoxarifado foi devidamente corrigido e ajustado o saldo no exercício de 2016, pelo que pugnam pela reforma do Acórdão, para que sejam consideradas regulares as contas relativas a 2015 e afastadas as multas aplicadas.

**4.** Processos distribuídos em 12-12-2017 e em cumprimento ao despacho de fl. 19, dos autos n. 24.235.2017-60, foram encaminhados à DIRETORIA DE AUDITORIA

<sup>3</sup> A publicação do Acórdão n. 10.323/2017 se deu no Diário Eletrônico de Contas n. 705, de 29-08-2017 e 722, de 25-09-2017 (fls. 169 e 172, dos autos n. 21.837.2016-50), e os Recursos de Reconsideração foram protocolizados no dia 28 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> Recebida como complemento aos Recursos interpostos. A petição foi subscrita pelos **SRS. ALTEMIR DE PINHO NERI** (Contador), **MAURÍLIO BORGES DA SILVA** (Presidente no período de 1º-01 a 25-09-2015) e **SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA** (Presidente no período de 02-10 a 31-12-2015);

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, que se manifestou por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO pelo provimento dos Recursos - fls. 39/41.

5. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu ilustre Procurador-Chefe, Dr. Sérgio Cunha Mendonça, manifestou-se à fl. 46/47, acompanhando a área técnica.

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 21 de março de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 24.235.2017-60

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Altemir de Pinho Neri

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

PROCESSO TCE N° 24.236.2017-70

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 10.323/2017/Plenário, exarada nos autos n. 21.837.2016-50, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre.

RESPONSÁVEL: Sebastião Cruz da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## Voto

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Antes de apreciar o mérito recursal, cumpre informar que os Recursos de Reconsideração atendem a todos os pressupostos recursais, **razão pela qual deles conheço e passo à análise do mérito.**
2. Em síntese, os recorrentes buscam a reforma do Acórdão n. 10.323/2017, do Plenário, no qual foi julgada irregular a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ACRE, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015, em razão da “ausência de confirmação do estoque no valor de R\$ 80.754,22 (oitenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), no Relatório do Movimento do Almoxarifado apresentado no Anexo XIV da Prestação de Contas, descumprindo os arts. 83, 85 e 105 da Lei Federal nº. 4.320/64”.
3. Em complemento às razões recursais, foi encaminhado o Relatório de Movimentação do Almoxarifado devidamente corrigido e demonstrado que no exercício de 2016 foi ajustada a conta “estoque” do Balanço Patrimonial da Unidade (fls. 33/35), afastando a irregularidade detectada.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

4. Posto isso, **CONHEÇO** dos **RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO** apresentados pelos **SRS. ALTEMIR DE PINHO NERI** e **SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA** e, no mérito, **DOU-LHES PROVIMENTO**, para reformar o Acórdão n. 10.323/2017, do Plenário desta Corte **MODIFICANDO O ITEM 1**, para julgar **REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ACRE, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015**, de responsabilidade dos **SRS. MAURÍLIO BORGES DA SILVA E SEBASTIÃO CRUZ DA SILVA**, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, e, conseqüentemente, **EXCLUINDO OS ITENS 2 E 3**, já que não mais subsiste a condenação ao ressarcimento ao erário e ao pagamento de multas.
5. Após as formalidades de estilo, pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos.
6. É como Voto.
7. Rio Branco, 21 de março de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora